

A CONSTITUIÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES-MT: UM ACONTECIMENTO CONSTRUÍDO A PARTIR DE NOMES DE RUAS

Mirami Gonçalves Sá dos Reis*

UNEMAT

Taisir Mahmudo Karim**

UNEMAT

Os nomes das ruas são a enunciação
cifrada de narrativas memoráveis,
que se completam,
que se contradizem.
(GUIMARÃES, 2005)

Resumo: *Este trabalho, fundamentado nos princípios teóricos da Semântica do Acontecimento desenvolvidos no Brasil, por Guimarães, tem por objetivo analisar os sentidos produzidos pela enunciação que nomeia os nomes de vinte e cinco ruas que formam o Centro Histórico da cidade de Cáceres-MT. A análise desse corpus consiste em verificar como se dá a constituição do processo de nomeação desse conjunto de ruas. As propriedades linguísticas dos nomes próprios dessas vias são analisadas sob três aspectos: a) as estruturas morfossintáticas; b) o funcionamento semântico-enunciativo; e c) a configuração da temporalidade do acontecimento (do memorável).*

Abstract: *This work, based on the theoretical principles of Semantics of the Event developed in Brazil by Guimarães aims to analyze the meanings produced by the enunciation that nominates the twenty-five streets that compose the Historic Center of Cáceres-MT. The analysis of this corpus consists of verifying how the constitution of the process of naming this set of streets takes place. The linguistic properties of the proper names of these pathways are analyzed under three aspects: a) morphosyntactic structures; b) the semantic-enunciative operation; and c) the configuration of the event temporality (memorable).*

Introdução

Este trabalho não tem a pretensão de apresentar algo inédito uma vez que já existem trabalhos pioneiros sobre o funcionamento semântico-enunciativo do nome de ruas da cidade de Cáceres-MT, como os apresentados por Zattar (2000)¹ e Arruda (2001)², no entanto, propomos uma análise com “um novo olhar” sobre os sentidos produzidos pela enunciação que nomeia os nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres, por considerarmos que são as relações históricas, culturais, políticas e ideológicas que determinam as nomeações desses logradouros.

Esta pesquisa se fundamenta nos princípios teóricos da Semântica do Acontecimento desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2005a, 2005b, 2010), no Brasil. É relevante considerar, conforme Guimarães (1992, *apud* ZATTAR, 2000, p.78), que “não há como falar de um nome sem que se fale da História em que o nome se dá como nome”. Em outras palavras, pretendemos, à luz dessa teoria, analisar como se dá a constituição do processo de nomeação do conjunto das primeiras ruas que formam o Centro Histórico da cidade de Cáceres-MT.

1. Fundação da cidade de Cáceres-MT: um breve relato

Cáceres, a “Princesinha do Paraguai”, como os cacerenses carinhosamente a denominam, é o Portal de entrada do Pantanal-MT. Localiza-se a 210 km da capital Cuiabá, à margem esquerda do rio Paraguai, no cruzamento das rodovias BR-070 (Brasília-Cáceres/Destacamento de Corixa (MT), na fronteira com a Bolívia) e BR-174 (Cáceres (MT)/Porto Santo Antônio das Lendas – até a fronteira³ com a Venezuela).

Nesse local em 1772, anteriormente à fundação de Villa Maria do Paraguay, criou-se, no governo de Luís Pinto de Souza Coutinho, um registro/entreposto para tomar nota do ouro que por ali passava e, assim, evitar defraudações do meio-quinto, de que estavam isentos os moradores de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Seis anos depois, em 06 de outubro de 1778, por ordem do Capitão General e quarto Governador de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, funda-se a atual cidade de Cáceres, cuja determinação de sua fundação foi anunciada pelo Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho que, convocando alguns ilustres moradores do local, fez lavrar a Ata de Fundação de Villa Maria do

Paraguay, assim denominada em homenagem à rainha reinante de Portugal, D. Maria I.

Para garantir a posse (o *uti possidetis*) do local, e para que essa povoação realmente prosperasse era necessário “gentes”, Albuquerque acolheu cerca de 78 índios de ambos os sexos, desertores das províncias castelhanas dos Chiquitos e dos Moxos, que, somados aos habitantes da Vila, totalizavam 161 indivíduos de ambos os sexos.

A partir de 1860, Vila Maria do Paraguai alcança um crescimento extraordinário, mas, apesar de a Vila já possuir Câmara municipal, somente em 30 de maio de 1874, pela Lei nº 3, foi elevada à condição de cidade com o nome de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao padroeiro São Luís de França, o Rei Luís IX, e ao fundador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres; e, em 26 de outubro de 1938, pelo Decreto-Lei nº 208, passa a denominar-se simplesmente Cáceres.



Fig. 1 – Representação da Praça Central de Villa Maria do Paraguai. NUNES, José Maria de Souza. Acervo: Casa da Ínsua, Portugal.

1.1 As Ruas do Centro Histórico de Cáceres



Fig.2 – Centro Histórico de Cáceres/Tombamento. Acervo Eng. Adilson Reis.

O Centro Histórico de Cáceres é um espaço urbano constituído pelas ruas cujos nomes rememoram a fundação da cidade de Cáceres e a história da colonização do Brasil, nas quais tiveram papéis relevantes a Igreja (em Cáceres, a Terceira Ordem Regular de São Francisco) e o Estado. Essa parte central da cidade, que constitui um ponto de encontro entre o passado de rememorações e a atualidade, projeta um futuro que delinea a relação entre o que é centro e periferia da cidade.

Desse espaço urbano fazem parte vinte e cinco ruas, as mais antigas: Rua Quintino Bocaiúva, Rua 13 de Junho, Rua João Pessoa, Rua Cel. José Dulce, Rua Mal. Deodoro da Fonseca, Rua dos Operários, Rua Costa Marques, Rua Antonio João, Rua Comte. Balduino, Rua Porto Carreiro, Rua Dr. Sabino Vieira, Rua 15 de Novembro, Rua Voluntários da Pátria, Rua Gal. Osório, Rua Bom Jardim, Rua Boa Vista, Rua Antonio Maria, Rua Cel. Faria, Rua

Tiradentes, Rua do Alegre, Rua da Tapagem, Rua Casalvasco, Rua Prof. José Rizzo, Rua 6 de Outubro e Rua Cel. Ponce.

Apesar de o Centro Histórico de Cáceres ser tombado como Patrimônio Cultural de Mato Grosso, pela sua importância urbanística, histórica, artística e arquitetônica, alguns de seus imóveis foram reformados sem que houvesse qualquer preocupação com a preservação dos materiais ou com o estilo. Outros foram demolidos, para dar lugar a edificações de dois pavimentos alterando, dessa forma, completamente a escala original do sítio histórico, que é de construções térreas.

A grande maioria dos imóveis que compõem o Centro Histórico possui uma arquitetura eclética. Em outras palavras, Cáceres abriga, nos espaços públicos urbanos do Centro Histórico, “exemplares únicos de estilo arquitetônico em Mato Grosso” (ARAÚJO, 2006, p.12-13). Dentre eles, destacam-se a Casa Rosa, com suas janelas ornamentadas com desenhos florais, em estilo *art-nouveau*; a Catedral São Luís em estilo neogótico (uma réplica da Catedral de Notre Dame, de Paris/França); o Marco do Tratado de Madrid, de 1750, uma referência histórica do período colonial brasileiro, denominado no discurso do cotidiano de “Marco do Jauru”, devido à sua localização original à margem direita do rio Paraguai e próximo à antiga barra do rio Jauru; o antigo prédio do Governo Municipal, inaugurado em 1929, cuja arquitetura, devido ao incêndio criminoso ocorrido em 07 de outubro de 2015, sofreu sérios danos e até o momento nenhuma providência para a sua restauração foi tomada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em alguns imóveis, a beleza arquitetônica dos prédios está praticamente encoberta por *outdoors* e placas de identificação de casas comerciais, que aos poucos vão descaracterizando o Centro Histórico de Cáceres, juntamente com a memória de sua gente, seu passado, seu presente e futuro, enfim, a história/identidade do povo cacerense.

2. A Semântica do Acontecimento

Guimarães (2005a, p.7-11), em Semântica do Acontecimento, diz que “a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”. Para o autor, a Semântica da Enunciação é um gesto de incluir o que Saussure excluiu da língua (o

sujeito, o objeto, a história), uma vez que considera, além da língua, a exterioridade do dizer.

Ao incluir na língua, o sujeito e a história, Guimarães (2005b) procura construir uma semântica enunciativa que leve em conta a representação do sujeito na constituição do sentido, e que considera o sentido de um enunciado como os efeitos de sua enunciação, dadas as condições histórico-sociais. Em outros termos, para Guimarães (2005b), a significação é histórica, não no sentido cronológico, historiográfico, em que os fatos significam um acontecimento social, constituindo um fato sempre único e irrepetível, mas no sentido de que são as condições sociais e históricas que determinam a significação.

Dessa forma, o que um nome significa é construído simbolicamente, o que significa dizer que “esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real, enquanto constituído materialmente pela história” (GUIMARÃES, 2005a, p.91).

O semanticista (2005b), num diálogo aberto com a Análise de Discurso, diz que o sentido deve ser tratado no acontecimento enunciativo. Ao considerar isto, o autor mobiliza conceitos como enunciação, cena enunciativa, temporalidade, espaço de enunciação, como modo de construir a concepção de sentido. A respeito do discurso e do interdiscurso, Guimarães (2005b) conceitua o interdiscurso como a relação de um discurso com outros discursos; já Orlandi (2007, p.87) o define como “o conjunto do dizível (o enunciável), histórica e linguisticamente definido”. Daí o autor (2005b, p.67) conceituar sentido como “efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento”.

Ou seja, o sentido de um enunciado se constitui na relação entre os elementos linguísticos e o mundo. Em outras palavras, o sentido não está simplesmente nas palavras, nas frases, nos segmentos linguísticos, nas situações em que as palavras são ditas, mas na relação das palavras, das frases com o acontecimento sócio-histórico em que ocorrem.

Guimarães (2005a, p.11), ao tratar da enunciação, se inscreve numa linha de filiações próximas que passa por Benveniste (1970 *apud* GUIMARÃES, 2005a, p.11), para quem a enunciação é “a língua posta em funcionamento pelo locutor”, e por Ducrot (1984

apud GUIMARÃES, 2005a, p.11), o qual considera a enunciação como o evento do aparecimento de um enunciado, ou “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado”, não um ato de apropriação da língua pelo sujeito, como define Benveniste, tampouco um ato que não se repete, conforme Ducrot.

Nessa perspectiva, Guimarães (2005a) ressalta que a questão crucial é saber ocupar-se da enunciação como funcionamento da língua sem submeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito. Na Semântica do Acontecimento (2005a), o autor inclui, além da língua e do sujeito, a temporalidade e o real, por considerá-los decisivos para a conceituação da enunciação, isto é, para a constituição do acontecimento. Em outros termos, o acontecimento não é um fato no tempo, não está num presente de um antes (passado) e de um depois no tempo (futuro).

Ao afirmar isto, Guimarães (2005a, p.12) discorda de Benveniste, para quem o tempo da enunciação se constitui pelo locutor ao enunciar, ou seja, “o locutor diz *eu* e enuncia”. Isto significa que, para Guimarães, quem temporaliza não é o sujeito, é o acontecimento (a enunciação). É o acontecimento que instala sua própria temporalidade. Resumindo, a temporalidade não está no sujeito, mas no acontecimento, uma vez que ele é tomado na temporalidade do acontecimento e esta se faz representar por um presente que abre em si uma latência de futuridade, sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem essa latência nada há de projeção, de interpretável. Em outros termos, o acontecimento tem como seu um depois (futuro) incontornável, e próprio do dizer. Portanto, o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.

Ainda de acordo com o autor (2005a), o presente e o futuro próprios do acontecimento estão inevitavelmente ligados a um passado (o memorável) que os faz significar, porque o acontecimento recorta um passado como memorável. Isto é, um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores (um antes), mas rememoração de enunciações por ele recortada.

2.1 Nomeação: perspectiva enunciativa

O homem sempre sentiu necessidade de nomear os lugares por onde circulava e/ou residia, os objetos, os animais, as plantas, etc., pois, de acordo com Camargo (1991, p.1), “poderia obter referências seguras de sua própria localização ou orientação num determinado território. E com a organização da sociedade em grupos surgiram os nomes de tribos, nações, reinos e países.”. O mesmo ocorreu com os aglomerados urbanos, as cidades, que receberam nomes específicos e, no interior destas, os logradouros (ruas, praças, pontes, travessas, etc.) foram nomeados/identificados com denominações próprias e diferenciadas.

Em princípio, as denominações das ruas ficavam a critério dos próprios moradores (denominações populares), os quais nomeavam os logradouros de acordo com a proximidade de um templo religioso, certas circunstâncias, características, atividades desenvolvidas ou o nome de um morador muito conhecido, ou referindo-se a um tipo de comércio existente no local. Esses nomes rememoram narrativas de práticas sociais do lugar.

No Brasil, essa prática de o homem nomear os locais por onde ele circulava e/ou residia, desde os mais próximos de suas moradas até os mais longínquos, em princípio ficou a cargo do povo. Eram nomes não oficializados, mas legitimados. Também não havia qualquer interferência por parte da Câmara municipal. Por exemplo, na cidade de São Paulo, nos séculos XVI e XVII, segundo Camargo (2001, p.2), os moradores se referiam a seus endereços da seguinte maneira: “...pegado com Pedro Taques”, “...junto à casa da Fundação”, “...defronte a cadeia”, “a rua que tem casas Francisco Furtado”, “a travessa que vai para as casas do defunto dom Simão”, etc.

Em Cáceres, até hoje, costuma-se explicar um endereço (nome de rua), tomando como ponto de referência algo característico do logradouro. Por exemplo, “Rua do Banco do Brasil”, por Rua Cel. José Dulce; “Rua da Caixa d’Água”, por Rua dos Operários, porque nessas vias localizam-se respectivamente o Banco do Brasil, e o reservatório de água que abastece a cidade, popularmente denominado “caixa d’água”.

Além do nome de ruas, temos também nomes de bairros modificados pelo povo, como o atual bairro São Luiz que, por muito tempo, mais precisamente nos anos 1960/1970, era denominado “Buraco Doce”, mais tarde “Quebra-Pau”, nomes que circulavam no

discurso do cotidiano, pelo fato de aí funcionarem vários prostíbulos e ocorrerem constantes brigas, e que foram apagados da memória dos atuais moradores, talvez por serem nomes carregados de sentidos depreciativos.

O costume de o povo nomear os logradouros perdurou, no Brasil, até a chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808; mais exatamente a partir de 1809, quando, por ordem de D. João VI, passou a ser uma das incumbências do Governo Municipal denominar e numerar os logradouros públicos das cidades. Essa atitude, por parte do Governo, segundo o historiador Camargo (1991), teve como objetivo controlar a população para efetivar a cobrança de taxas e de impostos sobre as propriedades urbanas.

A partir daí, as ruas, as avenidas e outros locais urbanos passam a ser nomeados e renomeados para homenagear alguém, um fato ou uma data importante na história do município, da cidade, do estado ou do País. Surgem, assim, as placas com os nomes das ruas e a numeração das casas.

Guimarães (2010) afirma que um personagem ou um fato ou uma data históricos ao serem escolhidos para nomear um lugar, a escolha dos nomes não está relacionada com a intenção de torná-los para sempre lembrados. Sobre a nomeação, o autor (2010, p.11) a define como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, e, diz ainda, que a nomeação dos nomes de ruas é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação, a qual é determinada por fatos histórico-culturais e por práticas político-ideológicas de um lugar (memorável). Por exemplo, a enunciação que nomeia ruas com nomes próprios de pessoa toma e inclui a enunciação que nomeou a pessoa, como é o caso da *Rua Quintino Bocaiúva*, uma das ruas do Centro Histórico de Cáceres, cujo nome se deve a uma enunciação que a nomeia a partir da enunciação que nomeou alguém com esse nome.

Esse mesmo processo se dá com a nomeação de ruas com nomes próprios de pessoa determinados por uma titulação, que envolve duas enunciações: a enunciação que nomeia retoma a enunciação que nomeou alguém e a enunciação que lhe deu o título. Por exemplo, o nome *Rua Dr. Sabino Vieira* traz a enunciação (do locutor-pai) que nomeou alguém como Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira e a enunciação que o predicou como Doutor. Neste caso, de acordo com

Guimarães (2005a), em nota de rodapé, a segunda enunciação pode modificar a primeira, ou seja, a nomeação da rua modifica a nomeação da pessoa que fora nomeada Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Isto significa que a enunciação que nomeia a rua se dá incluindo uma história de enunciações que reduz o nome Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira para Sabino Vieira. Em relação a nomeação, Fedatto afirma que

a relação entre a nomeação e o objeto nomeado tem sua materialidade histórica específica: o espaço político-administrativo que recorta um passado e nomeia a partir de memoráveis como pessoas, datas e lugares; formula-se, assim, a necessidade administrativa de produzir endereços (e passados) que localizem os cidadãos (FEDATTO, 2009, p.22).

A autora (2009) afirma ainda que, do ponto de vista semântico, o ato de nomeação das ruas, dado por um batismo comunitário ou institucional, responde às vicissitudes da história. Por isso, além de identificar as ruas enquanto objetos únicos permitindo a divisão da cidade e a localização dos habitantes, os nomes estabelecem uma memória coletiva construída popular ou oficialmente numa relação com o local e/ou com o nacional.

Desse modo, o nome é um texto carregado de sentido, por isso, a nomeação não pode ser entendida como uma simples classificação em que uma série de fatores histórico-sociais que está presente na linguagem é deixada de fora. Conforme Souza (2014), um nome é mais do que uma simples denominação, ele é um texto carregado de historicidade e de significação. Ou, conforme Rancière (*apud* GUIMARÃES, 2005a, p.15) afirma que “um nome não classifica, ele identifica”.

Nessa perspectiva, analisaremos os nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres, que, demarcadas pelo discurso jurídico-administrativo, rememoram nomes de ruas dados no Brasil Colônia, como a Rua Direita cujo nome, praticamente, era rememorado em, todas as vilas e cidades dessa época. Cáceres não fugiu à regra, também teve a sua Rua Direita. Uma nomeação de Portugal herdada pelo Brasil? Uma das versões mais conhecidas diz que a denominação *Rua Direita* foi dada à rua que dava acesso à Matriz. Assim, essa rua

podia ser entendida como a principal rua e a de maior dignidade em uma localidade. A *Rua Direita* da capital paulista, por exemplo, é um dos poucos logradouros cujo nome não foi substituído, seja por interferência do Governo Municipal ou pelo desaparecimento das vias por conta das várias reformas urbanas que a cidade sofreu, conserva a sua primeira nomeação que se tornou memorável, isto é, continua significando. De qualquer modo, a origem do nome “Direita” estava sempre ligada a uma Igreja. Nesse caso, temos o memorável da tradição portuguesa de denominar as ruas principais de cada cidade como iniciando-se “à Direita” da porta principal de cada templo.

Em Cáceres, o mesmo não aconteceu com a antiga *Rua Direita* localizada à direita da Matriz (Catedral São Luiz), cujo nome ao ser renomeado, primeiramente, como *Rua D’Albuquerque*, em homenagem ao fundador da cidade e, mais tarde, como *Rua 13 de Junho* para tornar memorável a data da Retomada de Corumbá aos paraguaios, cujo nome se mantém estabilizado, enquanto a primeira nomeação, ao deixar de ser memorável, foi apagada da memória da população.

Schneider (2007, p.5) afirma que “... caminhar ou dirigir por ruas [...] poderiam ser, na verdade, um exercício de reflexão e um momento de resgate histórico”. Essa afirmação nos chama a atenção para outros sentidos que os nomes dos logradouros de uma cidade possuem, e nos leva a refletir sobre a importância de se conhecer o sentido desses nomes, não só por seu valor histórico, mas também para saber como se dá a constituição desses nomes enunciativamente. Em outras palavras, como ressalta Guimarães (2005a), os nomes não podem ser entendidos/interpretados apenas como uma classificação objetiva dos lugares, mas como uma forma de identificação de fatos histórico-sociais.

Neste trabalho, analisamos o funcionamento dos nomes das vinte e cinco ruas do Centro Histórico de Cáceres, considerando a posição do sujeito jurídico-administrativo na enunciação em que se dão as nomeações, e o funcionamento da língua afetada pelo interdiscurso. Ou seja, as propriedades linguísticas dos nomes próprios das ruas do Centro Histórico de Cáceres foram analisadas sob três aspectos: a) as estruturas morfossintáticas; b) o funcionamento semântico-enunciativo; e c) a configuração da temporalidade do acontecimento.

2.2 As Estruturas Morfossintáticas

O modo de construção dos nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres é constituído de:

a) Nomes próprios de pessoas (N + N): Rua *João Pessoa*, Rua *Antônio Maria* e Rua *Antônio João*. O primeiro nome constitui-se de nome próprio (João) e nome comum (pessoa) que se tornou próprio, no sobrenome Pessoa, determinando, assim, o nome João. Já os dois últimos nomes constituem-se de nomes próprios, cuja relação se dá por justaposição, em que os nomes próprios Maria e João determinam o nome Antônio.

b) Nomes próprios de pessoas determinados por uma titulação: Rua *Coronel José Dulce*, Rua *Marechal Deodoro da Fonseca*, Rua *Comandante Balduino*, Rua *Padre Cassimiro*, Rua *General Osório*, Rua *Coronel Ponce*, Rua *Coronel Faria*, Rua *Doutor Sabino Vieira*, Rua *Professor José Rizzo*, em que os títulos Coronel, Marechal, Comandante, Padre, General, Doutor, Professor determinam os nomes José Dulce, Deodoro da Fonseca, Balduino, Cassimiro, Osório, Ponce, Faria, Sabino, José.

c) Sintagmas preposicionados (N + Prep. + art. +N): Rua *da Tapagem*, Rua *do Barreiro*, Rua *dos Operários*, em que os nomes dessas ruas são constituídos pelo nome comum (rua), mais a preposição (de) e o determinante (artigo definido a ou o) e pela desinência de número (-s), neste caso a Rua *dos Operários*.

d) Nomes seguidos de uma determinação: Rua *Voluntários da Pátria*, em que o determinante 'da Pátria' modifica o determinado 'voluntários', formando o sintagma *Voluntários da Pátria*, passando a significar, não aqueles que agem espontaneamente, mas cada um dos integrantes dos Voluntários da Pátria, batalhões organizados, em 1865, para suprir a necessidade de homens nas tropas brasileiras, durante a Guerra do Paraguai.

e) Numeral seguido de um sintagma preposicionado (datas): Rua *13 de Junho*, Rua *15 de Novembro*, Rua *6 de Outubro*, em que os sintagmas preposicionados: *de Junho*, *de Novembro*, e *de Outubro* são determinantes, respectivamente, dos numerais 13, 15 e 6 que deixam de ser apenas numerais, e passam a ser datas memoráveis, ou seja, rememoram datas importantes para a história do Brasil, de Mato Grosso e de Cáceres: a Proclamação da República, a Retomada de

Corumbá (MS), um dos episódios da Guerra do Paraguai e a Fundação da cidade de Cáceres-MT.

f) Nomes de não-pessoa: *Rua Bom Jardim*, *Rua Boa Vista*. O nome destas ruas possui a estrutura: adjetivo + nome. Tanto no primeiro como no segundo nome, o adjetivo bom/boa é determinante dos nomes (substantivos) Jardim e Vista.

A análise das estruturas morfossintáticas dos nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres nos revela uma diferença no funcionamento desses nomes em relação a outros nomes próprios como, por exemplo, os de pessoas que, em geral, se constituem de nomes e sobrenomes que, às vezes, podem vir precedidos de preposição mais artigo, como em *Dormevil Malhado da Costa e Faria*, em que os dois últimos sobrenomes são ligados pela conjunção aditiva “e”.

Para Guimarães (2005a, p.47), “os nomes próprios de ruas funcionam de um modo muito mais ‘fixo’ que os nomes de quadros, mas de um modo menos fixo que os nomes de pessoas”. Por exemplo, no *corpus* em questão não há nome próprio de ruas com descrições como na tela de Degas: “*Deux blanchisseuses portant du linge*” [Duas Lavadeiras Lavando Roupa].

2.3 Funcionamento Semântico-Enunciativo

A análise deste aspecto, tal como dos nomes próprios de pessoa, leva em conta que as cenas enunciativas da nomeação das ruas ocorrem no espaço de enunciação da Língua Oficial do Estado, a Língua Nacional, a partir de outras nomeações.

Um aspecto importante do funcionamento semântico-enunciativo dos nomes de logradouros é a maneira como a enunciação que nomeia e/ou renomeia uma rua se relaciona com outras enunciações como as que nomeiam pessoas ou datas. Isto é, “a enunciação dos nomes de ruas é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação” (GUIMARÃES, 2005a, p.47).

A *Rua Quintino Bocaiúva*, antiga *Rua da Intendência*, foi renomeada em homenagem ao jornalista e eminente político Quintino Antônio Ferreira de Sousa que ocupou, entre outros cargos políticos, o de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, no governo provisório da República. Ao seu nome, dado pelo locutor-pai (do

lugar de paternidade), esse político acrescentou, como demonstração do seu nacionalismo, o nome indígena “Bocaiúva”, uma espécie de coqueiro nativo do Brasil. Essa inclusão constitui a temporalidade do acontecimento que recorta como memorável (passado), o que significa no presente como símbolo de Nacionalismo. O nome “Bocaiúva” determina tanto Quintino Antônio quanto Ferreira de Sousa.

A *Rua Antônio Maria*, antiga *Rua do Meio*, foi renomeada em homenagem ao Comandante Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho pela sua bravura na Guerra do Paraguai, no histórico episódio da retomada de Corumbá em 13 de junho de 1867. Aqui, observa-se que o primeiro nome “*Rua do Meio*” (período Brasil-Colônia), ao sofrer o efeito de apagamento, deixa de ser memorável.

A *Rua João Pessoa* teve como primeiras nomeações *Rua de Mello*, *Rua Formosa*, *Rua do Alegre*, *Rua Marquês De Pinedo*. A nomeação que se mantém estabilizada rememora o nome do Presidente do Estado da Paraíba (e candidato a vice-presidente da República, em 1930, na Chapa de Getúlio Vargas), *João Pessoa*.

A *Rua Porto Carrero* rememora o nome do Tenente-Coronel Hermenegildo Porto Carrero, herói da Guerra do Paraguai por defender o Forte Coimbra.

A *Rua Joaquim Augusto da Costa Marques* recebeu essa nomeação em homenagem ao Presidente do Estado de Mato Grosso e Prefeito da cidade de Cáceres, Joaquim Augusto da Costa Marques. Mais tarde, ao ser renomeada *Rua Costa Marques*, manteve apenas o sobrenome da família, apagando o prenome.

Já com a atual Rua Antonio João, nomeada Rua Antonio João da Costa Marques em homenagem ao vereador, também membro da família Costa Marques, o processo de sua renomeação deu-se de forma diferente, ou seja, sofreu o apagamento do sobrenome, mantendo-se apenas o prenome, o contrário do que ocorreu com a Rua Costa Marques.

Esses nomes envolvem duas enunciações, isto é, “a enunciação que retoma o nome retoma a enunciação que nomeou alguém e a enunciação que lhe deu um título” (GUIMARÃES, 2005a). Neste caso, o nome da rua deixa de ser apenas a referência a um lugar da espacialidade (endereço) para significar poder, uma vez que é utilizado para o reconhecimento de pessoas “importantes”, isto é, que

tiveram alguma influência política (Presidente, Prefeito, Vereador) e, sobretudo financeira, na cidade.

Outro bom exemplo para fundamentar essa relação é o nome da *Rua Marechal Deodoro da Fonseca* que traz a enunciação que nomeou alguém como Deodoro da Fonseca, e a enunciação que o predicou como Marechal. Nesta relação de enunciações, a segunda enunciação pode modificar a primeira. Em outras palavras, no caso da *Rua Marechal Deodoro da Fonseca*, a nomeação da rua modifica a nomeação da pessoa que foi nomeada (pelo locutor-pai) Manuel Deodoro da Fonseca. Talvez aqui, ressalta Guimarães (2005a, p.48), “fosse necessário observar que a enunciação que nomeia a rua se dá incluindo uma história de enunciações que já reduzira Manuel Deodoro da Fonseca” para “Deodoro da Fonseca”. No entanto, o discurso cotidiano da cidade de Cáceres reduziu o nome oficial *Rua Marechal Deodoro da Fonseca* para *Rua Marechal Deodoro*. Nesta nomeação, ocorre não só a supressão do primeiro nome como normalmente acontece, mas também a supressão do segundo sobrenome.

O nome *Rua Marechal Deodoro da Fonseca* é a terceira denominação que este logradouro recebeu. A primeira nomeação, *Rua de Baixo*, segundo Mendes (1992b, p.20), data de 10 de julho de 1861, quando a Câmara Municipal de Vila Maria nomeia as primeiras ruas a partir da posição do prédio da Igreja (Rua Direita), em relação ao centro da Vila (Rua do Meio), e também em relação ao curso do rio Paraguai (Rua de Baixo). O nome “Rua de Baixo” significava o limite entre o espaço nomeado e o não-nomeado, que foi substituído por *Rua Nova*, pelo Decreto-Lei Federal nº 1202, Art. 12, alínea 7, de 8 de abril de 1939.

A nomeação *Rua Casalvasco* rememora a Povoação de Casalvasco, fundada à margem direita do rio Barbado em 1782, a oito léguas de Vila Bela da Santíssima Trindade (primeira capital de Mato Grosso), por determinação do Quarto Governador-General da Capitania de Mato Grosso, Luiz D’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres que, segundo Reis (2001), servia como lugar de veraneio ou estância climática para o Governador e seu séquito. Essa localidade, em Mato Grosso, foi nomeada Casalvasco para rememorar a Casalvasco de Portugal (um aglomerado de casas/uma aldeia

portuguesa), cuja proprietário era o fundador da cidade de Cáceres-MT.

A antiga *Rua da Marinha* foi renomeada *Rua Dr. Sabino Vieira*, para homenagear o médico e jornalista baiano Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira (líder da Sabinada, revolta autonomista que ocorreu na então Província da Bahia, 1837-1838, no Brasil Império), pelos relevantes serviços na área médica, prestados aos enfermos de toda a Província de Mato Grosso. Sabino Vieira foi preso e mandado para a Província de Goiás, da qual foi desterrado pelo seu presidente, em 1844, para o Forte Príncipe da Beira. A caminho de Vila Bela da Santíssima Trindade (antiga capital de Mato Grosso), Francisco Sabino adoece nas vizinhanças da Fazenda Jacobina, localizada no município de Cáceres-MT, de propriedade do Coronel João Carlos Pereira Leite, que lhe dá abrigo e se responsabiliza pela tutoria dele. Sabino permaneceu nessa propriedade até a sua morte, em 1846, e seu corpo foi sepultado na Capela da Fazenda.

A *Rua Gal. Osório*, antiga *Travessa da Liberdade*, assim renomeada, para homenagear um vulto da história nacional, Manuel Luís Osório, militar, político, monarquista e herói da Guerra da Tríplice Aliança (popularmente denominada “Guerra do Paraguai”).

A *Rua Cel. José Dulce*, atual nome da antiga *Rua do Meio* (assim denominada em relação ao centro de Vila Maria do Paraguai), localizava-se entre a Rua Direita e a Rua de Baixo, e, mais tarde, renomeada *Rua Augusta*. A nomeação que se mantém estabilizada rememora o comerciante genovês naturalizado brasileiro que, em 1871, angariou o título militar de Coronel da Guarda Nacional, após seguir as tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai como mascate. Fixou residência em Cáceres, onde constituiu família e adquiriu, dentre outros bens, uma casa comercial com representação de poder sobre a cidade, a Firma Comercial José Dulce & Companhia (ou Anjo da Ventura) e conquistou poder político. Com essa nomeação, as duas primeiras foram apagadas da memória do povo, deixando de ser memoráveis.

A *Rua Pe. Casimiro*, antiga *Travessa da Jacobina*, foi renomeada conforme Mendes (1992a, p.116), para homenagear o padre Casimiro Ponce Martins, pelos relevantes serviços prestados à comunidade cacerense, não só na área religiosa, mas também nas áreas educacional e social, durante 40 anos. Na primeira nomeação, o nome

Jacobina rememora um dos principais engenhos que funcionou à época da fundação de Villa Maria, em 1778.

A *Rua Comte. Balduino*, antiga *Travessa 8 de Dezembro*, rememora o aguerrido militar, Tenente-Capitão Balduino José Ferreira que, durante a Guerra do Paraguai, participou do episódio da Fazenda do Alegre, onde se travou violento combate entre as tropas brasileiras e os paraguaios.

A Rua Prof. José Rizzo recebeu essa denominação em homenagem ao professor José Rizzo, primeiro diretor do Grupo Escolar “Costa Marques”, atual Escola Estadual Esperidião Marques, pelos relevantes serviços prestados à educação. Além de nome de rua, o professor José Rizzo também foi homenageado pelo Governo do Estado, que nomeou com o seu nome a Escola Estadual de 1º Grau “Professor José Rizzo”, hoje extinta.

A *Rua Cel. Faria*, antiga *Travessa do Quartel*, mais tarde *Rua Bela Vista*, homenageia o Coronel e Intendente-Geral do Município de Cáceres Joaquim da Costa e Faria pelos serviços prestados. A primeira nomeação rememora a instituição militar à qual pertencia o Coronel. Já a segunda nomeação pode estar associada à imagem que se tem da baía formada pelo rio Paraguai, em frente à primeira quadra da rua.

A Rua Cel. Ponce, antiga Rua Rui Barbosa, foi renomeada para homenagear o Deputado Coronel Generoso Ponce.

A Rua *Voluntários da Pátria*, antiga *Rua Seis de Outubro* (data da fundação da cidade de Cáceres), foi renomeada para rememorar a participação dos brasileiros que, motivados pelo sentimento de patriotismo, se alistavam espontaneamente nas forças armadas para combater na Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai). Esse nome ao ser enunciado toma “os voluntários”, enquanto conjunto, como memoráveis.

A *Rua dos Operários*, nomeada inicialmente como *Rua Barão de Melgaço*, foi renomeada em 1912 e, em 1939, renomeada como *Rua Mal. Floriano* (MENDES, 1999a). O nome que se mantém é uma forma de homenagear uma classe de trabalhadores, “os operários”, independentemente de serem ou não moradores dessa via. Esse nome ao ser enunciado toma os operários, enquanto conjunto, como memoráveis.

A *Rua da Tapagem* foi nomeada para rememorar um fato histórico (1865) da cidade de Cáceres. Durante a Guerra do Paraguai, os paraguaios, após conquistarem a cidade de Corumbá (atualmente pertence ao Estado de Mato Grosso do Sul), pretendiam também apossar-se da cidade de Cáceres, via rio Paraguai. Mas ao chegarem às baías de Gaíba e Uberaba (ao sul de Cáceres), se depararam com imensos camalotes de plantas aquáticas (aguapé, orelha de onça, capim), verdadeiros tapetes verdes que se acumularam em certos pontos do rio, prolongando-se pelas lagoas e pela planície inundada, barrando por completo o leito do rio. Tal era a grande quantidade desses vegetais que a flotilha paraguaia, não conseguindo romper a espessura desses camalotes, retrocedera, acreditando que ali nascesse o rio Paraguai e, por meio da ajuda da natureza, Cáceres se viu livre dos invasores paraguaios. Para o cacerense (geralmente os mais idosos), esse fenômeno foi um milagre que muitos até hoje creditam a São Luiz, o padroeiro da cidade de Cáceres.

A *Rua 13 de Junho*, antiga *Rua Direita*, é enunciada em relação à posição da Igreja Matriz, conforme costume da época. Segundo Mendes (1992b, p.20), esta foi uma das primeiras ruas a serem legitimadas pela Câmara Municipal de Vila Maria. Teve seu nome substituído por *Rua D'Albuquerque* que, de acordo com o Termo de Fundação de Cáceres, recebeu essa nomeação em homenagem ao fundador da cidade. Com o decorrer do tempo, passou a se chamar novamente *Rua Direita* e, em 1912, recebe o atual nome que se mantém estabilizado. É uma data memorável na história do Brasil, de Mato Grosso e de Cáceres, porque rememora a Retomada de Corumbá (MS) aos paraguaios pelas tropas brasileiras, consolidando a expulsão das tropas paraguaias do território brasileiro.

A *Rua 6 de Outubro* teve como primeiro nome *Rua 13 de Maio* em comemoração à data do término da escravidão no Brasil, em 1888. Já o atual nome, ao ser enunciado, rememora a data da fundação de Villa Maria do Paraguay, isto é, significa a história da cidade de Cáceres.

A *Rua 15 de Novembro*, antiga *Rua Princesa D. Januária*, rememora uma data importante para a história do Brasil, a mudança do regime monárquico para o republicano, ou seja, o ato da Proclamação da República e o fim do Império Brasileiro. Substituiu-se um nome ligado ao último Imperador do Brasil pela data da instalação de um novo regime.

2.4 A Configuração da Temporalidade do Acontecimento

De acordo com Guimarães (2005a, p.52), “especificar o que o acontecimento recorta como memorável” é um aspecto fundamental na configuração da temporalidade do acontecimento.

Este aspecto trata dos discursos que designam os nomes das ruas, assim como de que posição as nomeações e renomeações são enunciadas e determinadas historicamente.

Os possíveis discursos que se instalam na constituição dos nomes das ruas que compõem o Centro Histórico de Cáceres são:

a) Passado e Nacionalidade – enunciação de personagens e datas da história brasileira.

Neste tipo de discurso, o memorável (passado) do acontecimento é o estar (ser) do Brasil. Isto, conforme Guimarães (2005a), se configura não enquanto referência a fatos da história brasileira, mas como enunciados que ocorrem em outros textos, em outras cidades. São nomes de ruas que nomeiam ruas por todo o Brasil.

O memorável de nacionalidade inclui “os personagens que fazem a história do Brasil” e as datas e fatos memoráveis desta história. Citamos como exemplos:

a) *Rua Tiradentes* enuncia um personagem da história brasileira, ou seja, é um personagem da luta pela Independência e assim significa a independência;

b) *Rua 15 de Novembro* e *Rua 13 de Junho* são enunciados de duas datas memoráveis, a Proclamação da República e a Retomada de Corumbá. Estes enunciados são o relato da história brasileira.

Guimarães (2005a), ao se referir às nomeações de logradouros com datas diz que não é porque algo aconteceu, por exemplo, em 15 de novembro ou em 06 de outubro que estas datas podem ser nome de ruas ou de outros logradouros, mas porque as enunciações de uma história enunciaram *15 de Novembro* como data da Proclamação da República (e fim da Monarquia) e *6 de Outubro* é o enunciado de uma data memorável, a fundação da cidade de Cáceres.

b) A Origem como Memorável

Os nomes de ruas são nomes que recortam, como memorável, narrativas locais. Por exemplo, em *Rua 6 de Outubro*, 6 de outubro enuncia uma data memorável, a fundação da cidade de Cáceres.

c) O Poder e o Memorável

Outro aspecto recortado como memorável no acontecimento que nomeia ruas são as atividades econômicas. Como exemplo, temos o enunciado *Rua Coronel José Dulce* cujo nome está ligado ao nome da maior e mais importante casa comercial de Cáceres, da década de 1930, a “Casa José Dulce & Companhia” ou “Anjo da Ventura”, e ao nome do vapor “Etrúria”, todos de propriedade do genovês José Dulce. Neste caso, o nome desta rua deixa de ser apenas a referência a um lugar da espacialidade para significar poder, uma vez que, ao enunciar o nome dessa rua, ocorre o reconhecimento de uma pessoa importante que teve influência política e, sobretudo, financeira, na cidade.

d) O Heroísmo e o Memorável

Os acontecimentos de nomeação e renomeação dos nomes das ruas do centro urbano de Cáceres recortam uma história (um passado) do heroísmo dos brasileiros, seja em nível nacional ou regional, como é o caso dos soldados brasileiros que lutaram, em território mato-grossense, contra a invasão paraguaia durante a Guerra da Tríplice Aliança (mais conhecida como Guerra do Paraguai). Vejamos alguns exemplos:

A *Rua Tiradentes* homenageia um personagem ilustre da história do Brasil, o herói da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. A *Rua da Tapagem* é um nome que perpetua um episódio da Guerra do Paraguai que impediu a invasão das tropas paraguaias à cidade de Cáceres. A *Rua 13 de Junho* é uma data memorável na história de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, porque se refere à Retomada de Corumbá, um fato da Guerra do Paraguai. A nomeação *Rua Voluntários da Pátria* evoca o sentimento de patriotismo dos brasileiros que se alistavam, espontaneamente, nas forças armadas como soldados do front, durante a Guerra do Paraguai. A *Rua Porto Carrero*, outro nome que se tornou memorável por significar a participação do Tenente-Coronel Hermenegildo de

Albuquerque Porto Carrero, junto com seus comandados na defesa heroica do Forte Coimbra.

A *Rua Gal. Osório*, assim denominada em reconhecimento aos feitos heroicos do militar, político e monarquista Manuel Luís Osório, durante a Guerra do Paraguai. A *Rua Antonio Maria* é uma homenagem ao herói da Retomada de Corumbá (13-06-1867), o Comandante Antônio Maria Coelho, durante a Guerra do Paraguai. A *Rua Antônio João* rememora o nome do vereador Antonio João da Costa Marques, considerado um político atuante no município de Cáceres.

Considerações Finais

A respeito do funcionamento dos nomes próprios de ruas, ou seja, da nomeação e renomeação, não podemos imaginar uma semântica linguística sem considerar, como diz Guimarães (2002), que o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem e na relação desta com a história.

Em nossa análise, constatamos que na constituição e na significação dos nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres, se instalam vários discursos como os relacionados à origem, às instituições, ao religioso, ao político, etc., o que nos leva a afirmar que tanto a nomeação quanto a renomeação desses logradouros não nasceram por acaso, elas foram construídas pelo acontecimento sócio-político-ideológico-administrativo.

Os nomes foram determinados por diferentes enunciações que se deram por diferentes lugares sociais de dizer, em diferentes acontecimentos do dizer, em que o sentido se constituiu no acontecimento do dizer.

As análises empreendidas nos levam a afirmar que a significação é histórica, uma vez que ela é determinada pelas condições sociais de sua existência. Em outras palavras, o sentido não está simplesmente nas palavras, nas frases, nos segmentos linguísticos, tampouco nas situações em que elas são ditas, mas na relação destes elementos no acontecimento considerando as condições sociais e históricas na enunciação, de tal maneira que um enunciado não significa qualquer coisa, nem uma só coisa, mas significa a partir da relação estabelecida entre ele e as coisas das quais se fala.

Percebemos que a maioria dos nomes de ruas é constituída por nomes próprios de pessoas/personagens “ilustres”, fatos e datas relacionados à história de Cáceres, de Mato Grosso e do Brasil. Dentre esses acontecimentos, a Guerra do Paraguai foi um dos episódios brasileiros que teve maior impacto político-social-histórico na nomeação e na renomeação dos nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres, marcando a efetiva participação e heroísmo do povo brasileiro, notadamente do mato-grossense na defesa da pátria.

Observamos, ainda, que os nomes de pessoas que se tornaram nomes de ruas todos são do sexo masculino, embora a mulher tenha desempenhado papel relevante na vida da sociedade cacerense, como: mães, educadoras, professoras, lavradoras, enfermeiras práticas, parteiras, etc., e, sobretudo, como mulheres que desbravaram e enfrentaram toda espécie de vicissitudes inerentes a uma terra inóspita e machista, mas ainda assim, não eram tidas/consideradas formadoras de valores e força construtiva do poder sócio-político.

Finalizando, esperamos que este trabalho possibilite, aos interessados e estudiosos pelo/do assunto, uma reflexão sobre as mais variadas formas de se estudar, compreender e interpretar os sentidos dos enunciados, especialmente dos nomes próprios dos espaços urbanos, e que também possa contribuir com/na elaboração do Atlas Semântico-Enunciativo dos nomes urbanos do Estado de Mato Grosso.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, B. D. (2006). *Patrimônio Cultural*. Cuiabá, MT: BDA.
- ARRUDA, B. B. P. de. (2001). “Ruas da cidade de Cáceres”. In: *Revista de Estudos Acadêmicos*, n.5, p.65-75. Cáceres: Gráfica Centro Oeste.
- CAMARGO, L. S. de. (1991). *História das ruas de São Paulo*. São Paulo: SMC. Disponível em: <<http://www.dicionarioderuas.com.br/introducao.html>>. Acesso em: 19 de abril de 2010.
- FEDATTO, C. P. (2009). “Os sentidos da língua na cidade: ideias e nomes”. In: *Revista da ANPOLL*, v.1, n.26. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/rev/.../128.ISSN:1982-7830>>. Acesso em: 23 de outubro de 2010.

- GUIMARÃES, E. (2010). “O Sentido de “História” em dois estruturalistas brasileiros”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n.25, p.9- 23. Campinas: RG Editores.
- _____. (2005a). *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2ª ed.
- _____. (2005b). *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 3ª ed.
- KARIM, T. M. (2016). “Mato Grosso: histórias de enunciações o percurso do nome de um estado”. In: KARIM, T. M. [et al.] (Org.). *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)*. Campinas: Pontes.
- JANUÁRIO, E. R. da S. (2004). *Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil - Bolívia (Cáceres/MT)*, Cáceres: UNEMAT Editora.
- MENDES, N. F. (1992a, 1992b). *Efemérides Cacerenses*. Vol. I – II, Brasília: Gráfica do Senado.
- ORLANDI, E. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 6ª ed.
- REIS, N. G. (2001). *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da USP.
- SCHNEIDER, C. E. (2007). *Logradouros cuiabanos*. Cuiabá: CEC/SEC- MT.
- SOUZA, F. G. de. (2014). “Os nomes da Praça Central de São José dos Quatro Marcos – MT”. In: *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, n.8, p.28-42. Cáceres: UNEMAT.
- ZATTAR, N. (2000). “Era uma vez nome de ruas...”. In: *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, n.4, p.79-91. Cáceres: UNEMAT.
- _____. (2015a). “Nome luso de cidade mato-grossense”. In: *RUA – Revista do NUDECRI. HIL*, n.21 (1) Jun. V.I. Campinas: UNICAMP.

Palavras-chave: Semântica do acontecimento, nome de rua, designação.

Keywords: Semantics of the event, street name, designation.

Notas

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT.

****Doutor em Linguística pela Unicamp, é Professor Adjunto nível VIII da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em Linguística/UNEMAT, é membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Linguagem - CEPTEL. Também é coordenador do projeto de pesquisa “Estudo da Significação: Nomes Próprios” (Fapemat) e do projeto “Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras - Um Estudo Semântico-Enunciativo dos Nomes Próprios” (CNPq).**

¹Analisa como se dá o processo de designação dos nomes de ruas e travessas de Cáceres a partir de dois acontecimentos enunciativos: a fundação da Vila Maria do Paraguai em 1778, e o ato da Câmara Municipal Provincial, que dá nome às ruas da Vila em 1861.

² Analisa enunciativamente nomes de algumas ruas centrais de Cáceres.

³ Cf. Portaria nº 027/2002 do Tombamento Estadual e pelo Tombamento Federal Proc. nº 1542 -T- 07/DOU de 31/08/2010.